

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	59
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.426.586	1.390.797	1.396.635
1.01	Ativo Circulante	186.446	129.999	161.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.893	59.161	93.079
1.01.03	Contas a Receber	58.386	61.962	55.863
1.01.03.01	Clientes	58.386	61.962	55.863
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	56.907	5.416	2.680
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	1.479	56.546	53.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.413	2.366	6.603
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.174	2.419	2.395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.580	4.091	3.685
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.580	4.091	3.685
1.01.08.01.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros Créditos	262	372	388
1.01.08.01.03	Adiantamento a fornecedores	21	422	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.240.140	1.260.798	1.235.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	220.042	190.874	150.316
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	184.498	162.351	143.238
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	168.013	142.569	120.159
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	16.485	19.782	23.079
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.399	1.135	386
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.399	1.135	386
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.145	27.388	6.692
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.437	1.042	793
1.02.01.09.05	Outros créditos	50	183	230
1.02.01.09.06	Contas a receber - com operações de derivativos	32.658	26.163	5.669
1.02.03	Imobilizado	55.921	61.641	64.900
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	46.885	55.773	54.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.036	5.868	10.201
1.02.04	Intangível	964.177	1.008.283	1.019.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.04.01	Intangíveis	964.177	1.008.283	1.019.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.426.586	1.390.797	1.396.635
2.01	Passivo Circulante	487.309	457.189	427.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.122	9.326	9.775
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.118	1.181	1.323
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.004	8.145	8.452
2.01.02	Fornecedores	16.987	23.197	21.107
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.877	22.978	20.874
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	110	219	233
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.884	60.917	62.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.028	56.204	58.147
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.684	50.160	52.839
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	4.344	6.044	5.308
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.856	4.713	4.342
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	4.856	4.713	4.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	291.635	309.133	305.882
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.806	3.838	135
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.806	3.838	135
2.01.04.02	Debêntures	186.829	305.295	305.747
2.01.05	Outras Obrigações	57.469	45.527	26.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.847	2.188	2.157
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.847	2.188	2.157
2.01.05.02	Outros	54.622	43.339	24.438
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.125	8.815
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.329	1.281	1.239
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.066	6.418	5.755
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	46.301	24.543	7.758
2.01.05.02.07	Mutuos - partes relacionadas	926	972	871
2.01.06	Provisões	56.212	9.089	1.188
2.01.06.02	Outras Provisões	56.212	9.089	1.188

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	56.212	9.089	1.188
2.02	Passivo Não Circulante	702.929	566.977	738.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	586.266	440.443	608.273
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	148.092	111.348	185
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	148.092	111.348	185
2.02.01.02	Debêntures	438.174	329.095	608.088
2.02.02	Outras Obrigações	64.676	41.738	44.305
2.02.02.02	Outros	64.676	41.738	44.305
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	0	0	2.253
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	23.330	392	707
2.02.02.02.06	Mutuos - partes relacionadas	39.622	39.622	39.621
2.02.03	Tributos Diferidos	37.667	47.490	52.446
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.667	47.490	52.446
2.02.04	Provisões	14.320	37.306	33.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.090	2.233	4.128
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	7.090	2.233	4.128
2.02.04.02	Outras Provisões	7.230	35.073	29.357
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	7.230	35.073	29.357
2.03	Patrimônio Líquido	236.348	366.631	231.090
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	93.908	224.191	88.650

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	965.776	981.293	930.196
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-385.947	-380.851	-349.568
3.02.01	Custo de construção	-57.892	-76.588	-70.876
3.02.02	Provisão de manutenção	-37.147	-15.163	-21.765
3.02.03	Depreciação e amortização	-123.634	-110.645	-85.166
3.02.04	Custo da outorga	-58.855	-57.106	-55.435
3.02.05	Serviços	-53.567	-58.948	-62.466
3.02.06	Custo com pessoal	-38.398	-38.890	-35.211
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-8.954	-8.847	-8.170
3.02.08	Outros	-7.500	-14.664	-10.479
3.03	Resultado Bruto	579.829	600.442	580.628
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.655	-59.726	-78.335
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.198	-60.036	-78.335
3.04.02.01	Custo com pessoal	-14.957	-16.192	-16.824
3.04.02.02	Serviços	-27.131	-30.624	-28.869
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-626	-662	-687
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-2.911	-2.930	-16.852
3.04.02.05	Outros	-18.573	-9.628	-15.103
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.742	882	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-199	-572	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	517.174	540.716	502.293
3.06	Resultado Financeiro	-109.728	-97.355	-80.988
3.06.01	Receitas Financeiras	159.348	55.486	19.879
3.06.02	Despesas Financeiras	-269.076	-152.841	-100.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	407.446	443.361	421.305
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-135.821	-143.909	-136.258
3.08.01	Corrente	-145.644	-148.865	-144.907
3.08.02	Diferido	9.823	4.956	8.649
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	271.625	299.452	285.047

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	271.625	299.452	285.047
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01851	0,02041	0,01942
3.99.01.02	PN	0,02036	0,02245	0,02137
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,01851	0,02041	0,01942
3.99.02.02	PN	0,02036	0,02245	0,02137

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	271.625	299.452	285.047
4.03	Resultado Abrangente do Período	271.625	299.452	285.047

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	496.977	494.185	429.746
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	556.344	536.226	501.875
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	271.625	299.452	285.047
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-9.823	-4.956	-8.649
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297	3.297
6.01.01.04	Depreciação e amortização	110.424	98.436	87.844
6.01.01.05	Amortização do direito da concessão - Ágio	16.121	15.139	14.174
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado	200	589	266
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	78.992	112.430	94.335
6.01.01.10	Capitalização de custo de empréstimo	-9.137	-11.296	-6.337
6.01.01.11	Juros sobre impostos parcelados	0	0	3.424
6.01.01.14	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-65	2	-154
6.01.01.15	Constituição e Reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	6.395	1.147	3.296
6.01.01.16	Constituição da provisão de manutenção	37.147	15.163	21.765
6.01.01.17	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	5.810	3.649	2.980
6.01.01.18	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-51.981	-999	0
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos	91.694	-1.164	-284
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	5.645	5.337	871
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.367	-42.041	-72.129
6.01.02.01	Contas a receber	-51.426	-2.738	-668
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	54.803	-4.112	-5.661
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-47	4.237	-4.490
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-1.029	-647	3.958
6.01.02.05	Despesas antecipadas da outorga fixa	-25.444	-22.410	-19.940
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	401	22	0
6.01.02.07	Fornecedores	-6.210	-4.303	2.003
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	659	31	1.931
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-204	-449	-82
6.01.02.10	Imp. e contr. a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	163.248	147.204	126.382

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.538	-3.042	-1.421
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	48	-2.211	-3.429
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-23.677	-5.195	-26.215
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-670	348	-506
6.01.02.15	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-168.281	-148.776	-143.991
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-67.782	-81.705	-78.168
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-10.630	-14.478	-16.140
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-57.152	-67.227	-62.028
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-369.463	-446.398	-429.725
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	122	-7	-6
6.03.02	Distribuição de dividendos	-412.033	-162.601	-359.790
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-42.315	-8.283	0
6.03.04	Mútuos com partes relacionadas	-5.691	-5.235	0
6.03.05	Empr. Financ. e Debêntures - Captações	450.470	116.475	437.785
6.03.06	Empr. Financ. e Debêntures - Pagamentos de principal	-292.590	-284.907	-419.599
6.03.07	Empr. Financ. e Debêntures - Pagamentos de juros	-67.426	-101.840	-88.115
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	59.732	-33.918	-78.147
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.161	93.079	171.226
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118.893	59.161	93.079

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	224.191	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	224.191	0	0	366.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	271.625	0	271.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	271.625	0	271.625
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	65.955	-271.625	0	-205.670
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	65.955	-65.955	0	0
5.06.04	Dividendos antecipados	0	0	0	-205.670	0	-205.670
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	93.908	0	0	236.348

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	66.984	-230.895	0	-163.911
5.04.06	Dividendos	0	0	66.984	-218.984	0	-152.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.911	0	-11.911
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.452	0	299.452
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.452	0	299.452
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	68.557	-68.557	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	68.557	-68.557	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	224.191	0	0	366.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-144.255	-224.350	0	-368.605
5.04.06	Dividendos	0	0	-144.255	-213.980	0	-358.235
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.370	0	-10.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	285.047	0	285.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	285.047	0	285.047
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	60.697	-60.697	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.697	-60.697	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	1.060.406	1.078.056	1.011.679
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.036.688	1.053.361	998.787
7.01.02	Outras Receitas	23.718	24.695	12.892
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-208.506	-213.389	-216.853
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-67.261	-80.567	-78.552
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.206	-41.071	-45.660
7.02.04	Outros	-95.039	-91.751	-92.641
7.02.04.01	Custo de construção	-57.892	-76.588	-70.876
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-37.147	-15.163	-21.765
7.03	Valor Adicionado Bruto	851.900	864.667	794.826
7.04	Retenções	-126.545	-113.575	-102.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.545	-113.575	-102.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	725.355	751.092	692.808
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	159.348	55.486	19.879
7.06.02	Receitas Financeiras	159.348	55.486	19.879
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	884.703	806.578	712.687
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	884.703	806.578	712.687
7.08.01	Pessoal	47.265	48.143	45.395
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.904	32.272	31.358
7.08.01.02	Benefícios	13.801	12.931	10.963
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.677	1.827	1.742
7.08.01.04	Outros	883	1.113	1.332
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	230.057	237.058	225.098
7.08.02.01	Federais	180.219	187.364	177.898
7.08.02.02	Estaduais	140	206	173
7.08.02.03	Municipais	49.698	49.488	47.027
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	335.756	221.925	157.147
7.08.03.01	Juros	275.699	163.598	100.302
7.08.03.02	Aluguéis	1.202	1.221	1.410

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.03.03	Outras	58.855	57.106	55.435
7.08.03.03.01	Outorga	58.855	57.106	55.435
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	271.625	299.452	285.047
7.08.04.02	Dividendos	205.670	103.214	224.350
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	65.955	196.238	60.697

Relatório da Administração

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR ViaOeste, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (“CCR ViaOeste” ou “Companhia”) foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello - Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP ou Poder Concedente”), na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo – DER/SP (“DER”), sendo vedada a prática de atos estranhos a essa finalidade. No mesmo ano, a concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada, composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo que sua extensão no ano de 2007 passou de 161,78 quilômetros para 168,62 quilômetros administrados, com a incorporação dos Contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias (“Sistema Castello-Raposo” e “Concessão”, respectivamente). O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022.

Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

1.3. Destaques do ano de 2016

Destaques financeiros

- Captação de Empréstimo via Lei nº 4131 - Janeiro/16 - R\$ 184.000 mil.
- Captação de Empréstimo via Lei nº 4131 - Outubro/16 - R\$ 116.475 mil.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Foram distribuídos no ano de 2016, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária):

- 28/01/2016 - R\$ 127.681 mil de dividendos intermediários de 2015;
- 27/04/2016 - R\$ 68.557 mil de dividendos intermediários de 2016;
- 27/04/2016 - R\$ 11.911 mil de Juros Sobre Capital Próprio destacados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/15;
- 20/12/2016 - R\$ 205.670 mil de dividendos intermediários de 2016;

Relatório da Administração

2. Estratégia e gestão

2.1. Governança corporativa

Conselho de administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária.

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste.

O Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR ViaOeste acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2016, foram investidos R\$ 126 mil em programas de capacitação de 1616 pessoas.

Relatório da Administração

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1. Mercado

A CCR ViaOeste é responsável pela ligação da capital paulista à região oeste paulista, um dos mais ricos e ativos pólos econômicos do país, e pela conexão entre os principais municípios do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas em geral e no transporte dos usuários residentes dessa região.

3.2. Desempenho CCR ViaOeste

Em RS mil	2016	2015	Var.%
Receita líquida	965.776	981.293	-1,58%
(-) Custos totais (a)	448.602	440.577	1,82%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	57.892	76.588	-24,41%
Demais custos	390.710	363.989	7,34%
EBIT (b)	517.174	540.716	-4,35%
Margem EBIT (b)	53,55%	55,10%	-1,6 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	56,96%	59,77%	-2,8 p.p.
(+) Depreciação/amortização	126.545	113.575	11,42%
EBITDA (b)	643.719	654.291	-1,62%
Margem EBITDA	66,65%	66,68%	0,0 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	37.147	15.163	144,98%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,00%
EBITDA ajustado	684.163	672.751	1,70%
Margem EBITDA ajustada (f)	75,36%	74,36%	1,0 p.p.
(-) Resultado financeiro líquido	109.728	97.355	12,71%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	135.821	143.909	-5,62%
Lucro líquido	271.625	299.452	-9,29%
Dívida bruta	877.901	749.576	17,12%
Investimentos	69.274	88.098	-21,37%
Veículos equivalentes	120.456	126.975	-5,13%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "I") e 16 - Provisão de manutenção.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Relatório da Administração

3.2.2. Receita operacional consolidada

A receita bruta de pedágio em 2016 totalizou R\$ 978.796 mil (+ 0,2% sobre 2015) e representou 98,53% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 8,4%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 5,1% em relação a 2015.

3.2.3. Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 1,82% em relação a 2015, perfazendo R\$ 448.602 mil no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 57.892 mil. A diminuição de 24,41% em relação a 2015 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 37.147 mil e apresentou aumento de 144,98% em 2016, em relação ao ano de 2015. Durante o exercício de 2016, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 126.545 mil no ano de 2016. O crescimento de 11,42% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 58.855 mil. A variação positiva de 3% deve-se ao aumento da receita bruta.
- O custo de serviços totalizou R\$ 80.698 mil, no ano de 2016. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraços, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.
- O custo e despesa com pessoal atingiu R\$ 53.355 mil no ano de 2016, registrando diminuição de 3,14%. Essa diminuição é reflexo da reestruturação de pessoal ocorrida no final de 2015.
- Os outros custos e despesas (serviços públicos, aluguéis, marketing, viagens e outros) atingiram R\$ 34.110 mil no ano de 2016.

3.2.4. Resultado financeiro

No ano de 2016, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 109.728 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 97.355 mil em 2015. Houve aumento no valor negativo das receitas financeiras explicado, principalmente, pelas operações de *Hedge/Swap*, Variações Cambiais e juros e variações monetárias, decorrentes do financiamento, ocorrido em outubro de 2015 e janeiro de 2016, via Lei 4131.

3.2.5. Lucro líquido

Em 2016, o lucro líquido atingiu R\$ 271.625 mil, apresentando uma diminuição de 9,29% em relação a 2015. A diminuição decorreu, principalmente, devido ao menor desempenho de receita e aumento de custos.

Relatório da Administração

3.2.6. Dívida

Em 2016, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 877.901 mil em comparação a R\$ 749.576 mil em 2015.

3.2.7. Investimentos

No acumulado do ano de 2016, os investimentos somaram R\$ 69.274 mil. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população litorânea e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2015, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Duplicação do km 63 ao km 67, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez, Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregar o tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância e complemento do dispositivo km 66+300 visando aumento de capacidade do tráfego e melhores condições de retorno.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus stakeholders.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelo Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), que visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

Relatório da Administração

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes aspectos:

- Capital financeiro
- Capital social e de desenvolvimento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho social

4.1.1. Capital social e de relacionamento – stakeholders

A CCR ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2016, a Companhia apoiou 13 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram mais de 97 mil pessoas em 16 municípios limítrofes ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados, temos: Programa estrada para a cidadania e Programa estrada para a saúde.

4.1.2. Capital humano e intelectual

A Companhia trabalha ativamente no desenvolvimento de seus colaboradores. Em 2016, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados alcançados no ano anterior), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes e setores administrativos, Programa Aprimorando – Liderança Educadora e Programa de Integridade e Conformidade.

4.2. Desempenho ambiental

4.2.1. Capital natural

A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa foca a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis. No ano de 2016 mantivemos as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

4.2.2. Capital manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos. Destacamos o Equipamento de Cepilhamento, uma espécie de lixamento do pavimento, capaz de reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção.

4.3 Prêmios e Reconhecimentos

- Prêmio ARTESP - Categoria Inovação – menção honrosa a CCR ViaOeste
- Prêmio ARTESP - Categoria Escolha do Usuário - segundo lugar a CCR ViaOeste (pesquisa com usuário)
- Prêmio Maiores & Melhores do Transporte 2016
- Prêmio Ouvidorias 2016

Relatório da Administração

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste.

5.2. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Barueri, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

Em 2016, a Companhia concluiu o prolongamento e duplicação do contorno de São Roque. O projeto visou aumentar a capacidade do contorno existente (o qual teve sua construção finalizada em 2007), que circunda o município de São Roque - SP, desviando o tráfego pesado da área urbana.

Duplicação km 63+000 ao km 67+000 – São Roque – SP / Mairinque – SP

O projeto de duplicação do trecho entre os km 63+000 ao 67+000 na região de Mairinque – SP atravessa área conturbada entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e ampliação da capacidade de tráfego.

Atualmente, no trecho é de pista simples com duas faixas de tráfego por sentido, sem barreiras físicas no eixo central, e com diversos cruzamentos em nível. A readequação da configuração da via é necessária para mitigar as interferências decorrentes da intensa urbanização lindeira.

Notas Explicativas

O projeto tem data prevista para conclusão em março em 2017.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009;
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010;
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até

Notas Explicativas

20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações judiciais sobre referida finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 13 de abril de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. As partes apresentaram manifestações sobre o laudo pericial. Os autos encontram-se conclusos para apreciar as manifestações das partes.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho 2014 a concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016.

Os efeitos da sentença estão suspensos devido à suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP, em 13 de agosto de 2014.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Notas Explicativas

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Notas Explicativas

- Capital social – ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

Notas Explicativas

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Notas Explicativas

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) Demonstração de valor adicionado

Foi elaborada demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, na qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019.

u) *Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Notas Explicativas

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nesta demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas Explicativas

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidos de fontes públicas (BM&Bovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Investimentos em títulos financeiros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos poderes concedentes, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 20 e 21.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Empréstimos e Arrendamentos mercantis	104.806	5.406	142.686	-
Debêntures (a)	187.849	9.120	161.993	270.430

(a) Valores brutos do custo de transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 300.863, substancialmente composto por empréstimos e debêntures a pagar, conforme mencionado na notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Para satisfação de seu compromisso financeiro, além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	3.721	2.524
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>115.172</u>	<u>56.637</u>
	<u>118.893</u>	<u>59.161</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	56.369	4.910
Receitas acessórias (b)	<u>584</u>	<u>617</u>
	56.953	5.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(46)</u>	<u>(111)</u>
	<u><u>56.907</u></u>	<u><u>5.416</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	56.890	5.317
Créditos vencidos até 60 dias	17	84
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	15
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	44
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>46</u>	<u>67</u>
	<u><u>56.953</u></u>	<u><u>5.527</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	407.446	443.361
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(138.532)	(150.743)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(201)	(195)
Despesas indedutíveis	(1.209)	(1.144)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.328	4.378
Juros sobre capital próprio	-	4.050
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(224)	(191)
Outros ajustes tributários	17	(64)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(135.821)	(143.909)
Impostos correntes	(145.644)	(148.865)
Impostos diferidos	9.823	4.956
Alíquota efetiva de impostos	33,33%	32,46%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2016	2015
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.017	63.369
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.001	1.021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	2.410	759
Custo de transação na emissão de títulos	-	218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	38
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	7.786	9.668
Perdas em operações com derivativos	11.737	1.396
Outros	1.559	2.770
	<u>87.526</u>	<u>79.239</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(99.228)	(110.221)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(6.043)	(9.152)
Ganho de operações com derivativos	-	(5.221)
Variação Cambial	(17.675)	-
Outros	(2.247)	(2.135)
	<u>(125.193)</u>	<u>(126.729)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	(37.667)	(47.490)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)	
	2016	2015
Circulante	3.297	3.297

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Não Circulante	16.485	19.782	168.013	142.569	184.498	162.351

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2016					
	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo AFAC Mútuo Fornecedores	
Controladora						
CCR S.A. (a) (b)	-	11.478	-	-	1.724	898
Coligadas						
CGMP (c)	138	-	-	-	-	-
CPC (d)	-	23.841	-	19	-	1.934
SPVias (e)	-	-	-	-	-	1
Rodoanel Oeste (e) (f)	-	-	5.645	37	40.548	13
Samm (g)	2.602	-	-	2.822	-	-
Serveng Cívilsan	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				1.479	926	2.847
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016				1.399	39.622	-
Total, 31 de dezembro de 2016	2.740	35.319	5.645	2.878	40.548	2.847
Total, 31 de dezembro de 2015	2.032	27.501	5.337	57.681	40.594	2.188

Despesas com profissionais chave da Administração

	2016	2015
Remuneração (h):		Reapresentado (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.763	1.615
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	646	659
Complemento de PPR pago no ano	248	103
Previdência privada	95	85
Seguro de vida	4	5
	<u>2.756</u>	<u>2.467</u>

Notas Explicativas**Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores	821	813

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal;
- (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.080	-	(12)	38	4.106
Máquinas e equipamentos	35.254	-	(160)	947	36.041
Veículos	10.837	-	(1.405)	491	9.923
Instalações e edificações	6.852	-	(1.730)	-	5.122
Equipamentos operacionais	73.917	-	(259)	5.638	79.296
Imobilizado em andamento	5.868	11.001	-	(7.833)	9.036
	<u>136.808</u>	<u>11.001</u>	<u>(3.566)</u>	<u>(719)</u>	<u>143.524</u>
	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.896	-	(18)	202	4.080
Máquinas e equipamentos	33.944	19	(819)	2.110	35.254
Veículos	12.295	-	(2.442)	984	10.837
Instalações e edificações	2.130	4.722	-	-	6.852
Equipamentos operacionais	67.227	-	(2.597)	9.287	73.917
Imobilizado em andamento	10.201	10.526	-	(14.859)	5.868
	<u>129.693</u>	<u>15.267</u>	<u>(5.876)</u>	<u>(2.276)</u>	<u>136.808</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.396)	(336)	11	-	(2.721)
Máquinas e equipamentos	13	(18.973)	(3.360)	147	120	(22.066)
Veículos	22	(5.259)	(2.245)	1.302	-	(6.202)
Instalações e edificações	6	(2.041)	(24)	1.730	-	(335)
Equipamentos operacionais	16	(46.498)	(9.838)	176	(119)	(56.279)
		<u>(75.167)</u>	<u>(15.803)</u>	<u>3.366</u>	<u>1</u>	<u>(87.603)</u>
		2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(2.038)	(372)	14	-	(2.396)
Máquinas e equipamentos	13	(16.117)	(4.025)	779	390	(18.973)
Veículos	24	(4.734)	(2.476)	1.958	(7)	(5.259)
Instalações e edificações	6	(2.015)	(26)	-	-	(2.041)
Equipamentos operacionais	17	(39.889)	(8.771)	2.550	(388)	(46.498)
		<u>(64.793)</u>	<u>(15.670)</u>	<u>5.301</u>	<u>(5)</u>	<u>(75.167)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 371 em 2016 (R\$ 789 em 2015). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2016 foi de 6,48% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,60% a.a. no exercício de 2015.

Notas Explicativas

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.403.287	65.918	-	1	1.469.206
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.012	-	-	716	12.728
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	-	251.709
	<u>1.668.565</u>	<u>65.918</u>	<u>-</u>	<u>717</u>	<u>1.735.200</u>
	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.319.161	84.127	-	(1)	1.403.287
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	(357)	2.277	12.012
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	-	251.709
	<u>1.582.519</u>	<u>84.127</u>	<u>(357)</u>	<u>2.276</u>	<u>1.668.565</u>

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(532.530)	(93.033)	-	1	(625.562)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.375)	(1.566)	-	-	(9.941)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.328)	(22)	-	-	(1.350)
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(118.049)	(16.121)	-	-	(134.170)
		<u>(660.282)</u>	<u>(110.742)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(771.023)</u>
	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(451.359)	(81.171)	-	-	(532.530)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(7.245)	(1.478)	343	5	(8.375)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.211)	(117)	-	-	(1.328)
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(102.910)	(15.139)	-	-	(118.049)
		<u>(562.725)</u>	<u>(97.905)</u>	<u>343</u>	<u>5</u>	<u>(660.282)</u>

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível
- (b) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.
- (*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2016 foi de 6,48% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,60% a.a. no exercício de 2015.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	68	185 (b)
<u>Em moeda estrangeira</u>				
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	100.005	115.001 (c)
2. Bank of Tokio	LIBOR + 2,10% a.a.	Janeiro de 2019	<u>152.825</u>	<u>-</u> (d)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>252.830</u>	<u>115.001</u>
Total geral			<u>252.898</u>	<u>115.186</u>
	Circulante		<u>104.806</u>	<u>3.838</u>
	Não circulante		<u>148.092</u>	<u>111.348</u>

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.
(d) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolso – não circulante

	<u>2016</u>
2018	5.406
2019	<u>142.686</u>
Total	<u>148.092</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de Empréstimo, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131, com o Bank of America N.A., no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de Outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI.
- Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de transação incorridos	Saldos dos	Vencimento final		
		do custo de transação (% a.a.)		custos a apropriar		2016	2015
1. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (b)	3.862	44	Maio de 2017	89.359	267.672 (d)
2. 5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (b)	835	70	Setembro de 2017	87.446	203.921 (d)
3. 5a. Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	5,8865% (a)	1.334	793	Setembro de 2019	180.003	162.797 (d)
4. 6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6152% (a)	3.530	3.482	Novembro de 2021	268.195	- (d)
Total geral				4.389		<u>625.003</u>	<u>634.390</u>
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						187.849	306.218
Custo de transação						<u>(1.020)</u>	<u>(923)</u>
						<u>186.829</u>	<u>305.295</u>
Não Circulante							
Debêntures						441.543	329.660
Custo de transação						<u>(3.369)</u>	<u>(565)</u>
						<u>438.174</u>	<u>329.095</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2016
2018	9.120
2019	161.993
2021	<u>270.430</u>
Total	<u><u>441.543</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculados aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 28 de abril de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI.

Esta emissão não conta com garantias. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;

Notas Explicativas

Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da ViaOeste que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
 - Caso a ViaOeste, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de Dívida Líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item.
 - Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.
2. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Sobre o montante da primeira série, de R\$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015.

Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019.

As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de *swap* para a segunda série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Notas Explicativas

3. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021.

Com remuneração de IPCA + 6,2959% a.a., os juros serão pagos semestralmente após carência de 12 meses da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2017 e o principal no vencimento.

Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

As debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento e contarão com fiança e garantia real da Companhia, caso ocorra o término do contrato de concessão como consequência de decisão judicial transitada em julgado, relativa a certas ações que tenham sido movidas pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a emissora.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Atualização Monetária	Pagamentos	Reversão	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	668	1.194	(36)	(157)	620	2.289
Trabalhistas e previdenciários	1.565	3.440	(253)	(30)	79	4.801
	<u>2.233</u>	<u>4.634</u>	<u>(289)</u>	<u>(187)</u>	<u>699</u>	<u>7.090</u>
	2014	2015				
Movimento em 2015	<u>4.128</u>	<u>865</u>	<u>369</u>	<u>(709)</u>	<u>(2.420)</u>	<u>2.233</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 851 e R\$ 500, respectivamente (R\$ 1.754 e R\$ 579 respectivamente em 2015).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cíveis e administrativos	14.420	8.120
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.106</u>	<u>969</u>
	<u>16.526</u>	<u>9.089</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.410.

16. Provisão de manutenção

	<u>2015</u>			<u>2016</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	9.089	38.247	1.519	(23.677)	31.034	56.212
Não circulante	35.073	(1.100)	4.291	-	(31.034)	7.230
	<u>44.162</u>	<u>37.147</u>	<u>5.810</u>	<u>(23.677)</u>	<u>-</u>	<u>63.442</u>
	<u>2014</u>			<u>2015</u>		
Circulante	1.188	(10.090)	150	(5.195)	23.036	9.089
Não circulante	29.357	25.253	3.499	-	(23.036)	35.073
	<u>30.545</u>	<u>15.163</u>	<u>3.649</u>	<u>(5.195)</u>	<u>-</u>	<u>44.162</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio Líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

Notas Explicativas

d. Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

e. Dividendos

Em 28 de janeiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 127.681 correspondentes a R\$ 8,7005 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 9,5706 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 28 de janeiro de 2016.

Em 24 de abril de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 68.557 correspondentes a R\$ 4,6717 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5,1388 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 27 de abril de 2016, à conta da totalidade do saldo da conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2015.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 205.670 correspondentes a R\$ 14,0149 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 15,4164 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017, pagos em 20 de dezembro de 2016.

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	271.625
(-) Constituição de reserva legal	<u>-</u>
Lucro líquido ajustado	<u>271.625</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>67.906</u>
Total dos dividendos pagos	<u>205.670</u>

f. Juros sobre capital próprio

Em 26 de dezembro de 2015, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.911 relativos ao lucro do exercício, que foram pagos até 27 de abril de 2016.

g. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	271.625	299.452
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária em R\$ - básico e diluído	0,01851	0,02041
Lucro por ação preferencial em R\$ - básico e diluído	0,02036	0,02245

18. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	978.796	976.773
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	57.892	76.588
Receitas acessórias	14.581	13.399
Receita bruta	<u>1.051.269</u>	<u>1.066.760</u>
Impostos sobre receitas	(85.492)	(85.465)
Abatimentos	(1)	(2)
Deduções da receita bruta	<u>(85.493)</u>	<u>(85.467)</u>
Receita líquida	<u><u>965.776</u></u>	<u><u>981.293</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos mercantis	(67.614)	(96.115)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(5.810)	(3.649)
Capitalização de custos dos empréstimos	9.137	11.296
Perda com operações de derivativos	(119.641)	(30.233)
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value option</i>)	(29.427)	(9.041)
Variação monetária sobre debêntures e empréstimos	(11.574)	(16.315)
Variação cambial sobre empréstimos	(35.810)	(2.658)
Juros sobre mútuos	(5.645)	(5.337)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.692)	(789)
	<u>(269.076)</u>	<u>(152.841)</u>
Receitas financeiras (a)		
Variação cambial sobre empréstimos	87.791	3.657
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	196	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.716	9.146
Ganho com operações de derivativos	38.807	25.659
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value option</i>)	18.567	14.779
Juros e outras receitas financeiras	3.271	2.245
	<u>159.348</u>	<u>55.486</u>
Resultado financeiro	<u><u>(109.728)</u></u>	<u><u>(97.355)</u></u>

(a) Os valores estão deduzidos de Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 618.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencendo nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	115.172	-	-	56.637	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	-	-	122	-	-
Contas a receber	-	56.907	-	-	5.416	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.878	-	-	57.681	-
Contas a receber com operações com derivativos	32.658	-	-	26.163	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações com derivativos	(69.557)	-	-	(24.543)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(180.003)	-	(445.000)	(162.797)	-	(471.593)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(68)	-	-	(185)
Empréstimos em moeda estrangeira	(252.830)	-	-	(115.001)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(23.127)	-	-	(30.007)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.847)	-	-	(2.188)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.548)	-	-	(40.594)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.329)	-	-	(1.281)
	<u>(354.560)</u>	<u>59.785</u>	<u>(514.643)</u>	<u>(219.419)</u>	<u>63.097</u>	<u>(547.572)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	448.596	452.895	472.280	476.289

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)** - Em 27 de outubro de 2014, a ViaOeste emitiu debêntures da 2ª série da 5ª emissão, remuneradas a 5,67% a.a. sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmados contratos de *swap* para a totalidade do fluxo de caixa da operação, trocando a remuneração por percentuais de 99,9% até 100% do CDI.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2016	2015
Aplicações financeiras e conta reserva	115.172	56.759
Derivativos	(36.899)	1.620
Empréstimos em moeda estrangeira	(252.830)	(115.001)
Debêntures	(180.003)	(162.797)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Posição ativa Posição passiva	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado				Resultado			
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Recebíveis/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	
	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	-	75.000	75.000	81.799 (77.880)	81.799 (77.969)	(5.347)	(4.142)	16.308	9.512	(3.790)	(5.682)	3.341	792		
	MerrillLynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	-	75.000	75.000	90.428 (77.858)	81.778 (77.933)	(5.345)	(4.141)	16.350	9.519	(3.780)	(5.674)	3.380	689		
	MerrillLynch	26/10/2015	26/10/2017 (3)	USD + Labor 3M + 2,50% a.a. 109,95% do CDI	30.000	97.773	117.144	100.630 (120.483)	116.411 (122.466)	(13.361)	-	-	7.132	(19.853)	(13.187)	(27.159)	(6.055)		
	Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019 (3)	USD + Labor 3M + 2,10% a.a. 117,50% do CDI	45.771	-	149.172	154.479 (196.613)	-	(18.262)	-	-	-	(42.134)	-	(60.396)	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016					396.945	267.144	368.999	1.620	1.620	(42.315)	(8.283)	32.658	26.163	(69.557)	(24.543)	(80.834)	(4.574)		

Notas Explicativas

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.
- (3) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 31/12/2016.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos cambiais	6.721	(6.055)
Riscos de juros	<u>(87.555)</u>	<u>1.481</u>
Total	<u><u>(80.834)</u></u>	<u><u>(4.574)</u></u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras, nas taxas de juros e aplicações financeiras.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	98.932	-	(24.731)	(49.461)	
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(99.029)	-	24.757	49.514	
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	150.218	-	(37.551)	(75.103)	
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(150.353)	-	<u>37.588</u>	<u>75.177</u>	
Total do efeito de perda				<u>-</u>	<u>63</u>	<u>127</u>	
Moedas em 31/12/2016:							
Dólar					3,2591	4,0739	4,8887

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	89.403	(5.047)	(6.254)	(7.441)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	87.516	(8.795)	(10.951)	(13.092)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	181.726	(22.276)	(25.339)	(28.402)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	271.676	(35.463)	(40.122)	(44.781)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(181.756)	22.340	25.420	28.498
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.756	(20.949)	(26.182)	(31.412)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Outubro de 2017	98.932	(2.882)	(3.087)	(3.293)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.461	(14.538)	(18.144)	(21.740)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Outubro de 2017	(99.029)	3.030	3.272	3.514
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	150.218	(4.715)	(5.095)	(5.474)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Janeiro de 2019	190.441	(30.454)	(38.162)	(45.907)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	(150.353)	4.937	5.371	5.805
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		115.150	15.385	19.226	23.065
Total do efeito de perda				<u>(99.427)</u>	<u>(120.047)</u>	<u>(140.660)</u>
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			13,63%	17,04%	20,45%
	IPC-A ⁽³⁾			6,16%	7,70%	9,24%
	LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾			0,9979%	1,2474%	1,4968%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e
- (4) Refere-se às taxas Libor de 6 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 31/12/2016.
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Notas Explicativas

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outorga fixa	81.143	135.655	78.716	128.469

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	69.951	67.743
2018	11.592	10.973
Total	<u>81.543</u>	<u>78.716</u>

No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 66.080 (sendo R\$ 32.465 em caixa e R\$ 33.615 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa R\$ 61.374 no exercício de 2015, sendo R\$ 26.342 em caixa e R\$ 35.032 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do exercício de 2016 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.874, referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.803 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2016 esses compromissos totalizavam R\$ 429.718 (R\$ 510.501 em 31 de dezembro de 2015 reapresentado) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas**22. Demonstração dos fluxos de caixa**

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios (em 2016 não tivemos efeitos não caixa). Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>
Fornecedores	<u>(6.393)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>(6.393)</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>6.393</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>6.393</u></u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

* * *

Proposta de Orçamento de Capital**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO –
VIAOESTE S.A.**

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

NIRE 35300154363

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2017, no valor de R\$109.546.000,00 (cento e nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2017.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$109.546.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2017	R\$109.546.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2016	R\$65.954.999,20
--	------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$43.591.000,80
--	------------------

Barueri, 03 de março de 2017.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 2.p, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Conseqüentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC n°1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Barueri, 03 de março de 2017.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Barueri, 03 de março de 2017.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

Diretor